

DISCLOSURE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ESPECÍFICAS DE EMPRESAS DO SETOR DO AGRONEGÓCIO

Resumo

A sociedade e as empresas cada vez mais se preocupam com o reflexo de suas ações para o ambiente, e por isso, as organizações passaram a buscar meios de evidenciar para os interessados as informações quanto às suas responsabilidades ambientais. Nesse contexto, a contabilidade se insere para apresentar aos envolvidos à correta gestão ambiental realizada pela empresa. Assim, os contadores e gestores devem estar atualizados, aprimorando seus conhecimentos para atuarem de acordo com a legislação. Este trabalho tem como objetivo analisar as demonstrações financeiras e específicas de empresas do setor do agronegócio, a fim de reconhecer o nível de *disclosure* ambiental nelas aplicado e relacionar possíveis benefícios obtidos a partir desse processo. Para tanto, utilizou-se duas empresas do agronegócio localizadas na cidade de Vacaria, RS, onde foram analisadas as suas divulgações sobre informações ambientais efetuadas no ano de 2012. Assim, foi realizada análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, balanço social e notas explicativas publicadas nos sites das referidas empresas. Portanto, pode-se constatar com este estudo que o *disclosure* das informações ambientais apresentado pelas empresas em estudo ainda é incipiente. Acredita-se que a transparência das informações ambientais e a evidenciação ambiental precisa ser mais estudada na contabilidade.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental; *Disclosure* Ambiental; Divulgação de Informações.

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 50, as questões que envolvem o crescimento econômico e a preservação ambiental passaram a estar presente no cenário internacional. Cada vez mais a sociedade e as empresas buscam maneiras que diminuam os impactos das atividades organizacionais no meio ambiente, assim como, métodos que possibilitem a divulgação das informações de caráter ambiental aos interessados (MARTÍNEZ ALIER, 1998).

Diferentes grupos sociais, como fornecedores, clientes, parceiros empresariais e sociedade passaram a demandar das empresas, as informações quanto às suas responsabilidades ambientais, procurando identificar se o seu desempenho e práticas são prejudiciais ao meio ambiente (PIRES; SILVEIRA, 2008). Desse modo, as empresas tiveram que se adaptar a essas exigências, o que refletiu em sua gestão e também no modo como informam sua interação com o meio ambiente. Nesse sentido, a busca por maior *disclosure*, *accountability* e boas práticas de governança corporativa tem se tornado constante por parte das empresas (ROVER, 2012).

Berthelot, Cormier e Magnan (2003) afirmam que *disclosure* ambiental refere-se a um conjunto de informações que relatam o passado, o presente e o futuro do desempenho e da gestão ambiental da organização, bem como, as implicações financeiras das ações e das decisões ambientais. Desse modo, as empresas passaram a implantar uma gestão ambiental, com o intuito de amenizar os possíveis danos causados a natureza, além de acrescentar as informações de caráter ambiental aos seus demonstrativos.

Diante deste contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar as demonstrações financeiras e específicas das empresas Rasip Agropastoril S.A. e Renar Maçãs S.A., a fim de reconhecer o nível de *disclosure* ambiental nelas aplicado e relacionar possíveis benefícios

obtidos a partir desse processo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Meio ambiente e as Organizações

O termo desenvolvimento sustentável, conforme explicitado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1988), significa atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades. Este tema tem suscitado indagações dentro das organizações, pois a preocupação de trazer unicamente lucro e rentabilidade para as empresas tem se modificado, trazendo um novo desafio para as organizações, de unir a lucratividade e rentabilidade da empresa com o correto uso de recursos naturais.

Buscando inserir o conceito de sustentabilidade nas organizações, as empresas precisam buscar novas estratégias gerenciais, dependendo do seu nível de comprometimento. Estas estratégias serão aplicadas de maneira evolutiva, começando com iniciativas pequenas até chegar-se ao gerenciamento pleno de desenvolvimento ambiental, o que significa ter total compromisso entre preservação ambiental e o gerenciamento ambiental (NOSSA, 2002).

Para Tinoco e Kraemer (2004) gestão ambiental é um sistema que inclui na estrutura organizacional atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. O sistema de gestão ambiental é a maneira pela qual a organização em si pode mobilizar-se para alcançar a qualidade ambiental almejada, e consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade. É importante ressaltar, ainda, que um sistema de gestão ambiental bem formulado e aplicado pode ser de grande valia no desenvolvimento das empresas, visto que pode atuar na prevenção de prejuízos como multas, infrações e imagem da empresa.

A fim de promover uma abordagem comum à gestão ambiental, nos moldes em que é constituída a gestão da qualidade, instituiu-se a ISO 14.000 no ano de 1991. Esta norma pode contribuir no aperfeiçoamento da capacidade das organizações para que possam alcançar e medir melhorias no desempenho ambiental e também para facilitar o comércio e remover barreiras comerciais. Trata-se de um conjunto de normas que abrange cinco áreas:

- Sistema de Gestão ambiental
- Auditorias Ambientais
- Rótulos Ecológicos
- Avaliação de Desempenho Ambiental
- Avaliação do Ciclo de Vida.

A Série ISO 14.000 subdivide-se em várias subséries. Somente a subsérie ISO 14.001 é utilizada para fins de certificação junto a terceiros. As demais subséries destinam-se apenas à orientação. Com essa Série, a empresa pode sistematizar a sua gestão por meio de uma política ambiental que vise à melhoria contínua em relação ao meio ambiente. Contudo, é importante ressaltar que, para que a empresa passe a trabalhar com a gestão ambiental, é inevitável passar por mudanças em sua cultura organizacional e empresarial, revisar seus paradigmas e dedicar-se para uma gestão eficaz e eficiente que atenda a todas as expectativas relacionadas à qualidade ambiental.

2.2 Contabilidade Ambiental

Com a inserção dos conceitos acerca de gestão ambiental, as empresas tornaram-se peças fundamentais para o desenvolvimento econômico e social da nação. Nesse sentido, a contabilidade, como ciência social, visa atender amplamente as necessidades informacionais de seus usuários, disponibilizando um conjunto de demonstrativos contábeis de caráter

quantitativo e qualitativo, para divulgar além da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa, o seu relacionamento com o meio ambiente e o social, independentemente de exigências legais (BEUREN; BOFF; HORN; HORN, 2010).

Para um melhor acompanhamento da interação do homem com o meio ambiente, sendo como nação ou entidade empresarial, surgiu a Contabilidade Ambiental. Esse processo tem como finalidades auxiliar na elaboração do planejamento estratégico, servir como parâmetro no gerenciamento de atividades e fornecer informações externas nos sentido de prestação de contas das mesmas, por meio de registros e geração de relatórios (PAIVA, 2003).

Por meio dos registros contábeis as empresas podem obter informações para tomar conhecimento se sua empresa está agindo de maneira correta e tais informações podem e devem ser utilizadas como ferramentas de caráter preventivo colaborando com o desenvolvimento econômico da organização. Assim, a Contabilidade ambiental deve primar pela elaboração e fornecimento de subsídios para avaliação do desempenho das empresas e prover informações sobre seu relacionamento econômico como meio ambiente (PAIVA, 2003).

Com a inserção da Contabilidade Ambiental, surgiram novos termos a serem considerados pelas empresas, como os ativos e passivos ambientais. Os ativos ambientais são todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros que visem a preservar proteger e recuperar o meio ambiente (RIBEIRO, 2005).

Para Tinoco e Kraemer (2004) os ativos ambientais representam os estoques dos estoques dos insumos, peças, acessórios utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição e de geração de resíduos; máquinas, equipamentos e instalações adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os investimentos em gastos com pesquisas, visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que refletirão nos exercícios seguintes.

A classificação, controle e divulgação dos ativos ambientais devem estar destacados nos grupos do ativo, caso as demonstrações contábeis sejam publicadas, e sua participação em cada grupo deve ser informada de maneira resumida nas notas explicativas assim como a natureza e finalidade de tais ativos. Os gastos adicionais ao custo de aquisição, agregados ao valor do ativo, devem ser evidenciados no exercício em que ocorre a incorporação (RIBEIRO, 2005).

Segundo Assis, Braz e Santos (2011) os ativos ambientais são representados pelos bens e direitos oriundos de ou destinados à atividade de gerenciamento ambiental, sob forma de capital circulante e capital líquido. São os investimentos na área ambiental. Outro fato significativo e bastante complexo nos ativos ambientais é referente à mensuração da certificação ISO 14000, o valor que ela agrega à imagem e marca da empresa.

Já os passivos ambientais são as obrigações adquiridas pela a empresa tendo como fato gerador uma atividade ou algum investimento que seja relacionado à preservação ou ao cumprimento de alguma sanção ambiental. O Ibracon, de acordo com a Norma e Procedimento de Auditoria NPA 11 – Balanço e Ecologia (2000) conceitua o passivo ambiental “como toda agressão que se praticou/pratica contra o Meio Ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”. Segundo a mesma Norma “uma empresa tem Passivo Ambiental quando ela agride, de algum modo e/ou ação, o Meio Ambiente, e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação, aprovado oficialmente ou de sua própria decisão”.

Nesse sentido, o termo passivo ambiental refere-se aos benefícios econômicos ou os resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente. Correspondem as obrigações relacionadas aos gastos

ambientais da empresa. Esses passivos têm que ser informados em um subgrupo específico das exigibilidades.

Para Tinoco e Kraemer (2004) algumas origens de passivos ambientais são a aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais; aquisição de insumos que serão inseridos no processo operacional para que este não produza resíduos tóxicos; despesas de manutenção e operação de “departamento” de gerenciamento ambiental, inclusive mão de obra; gastos para a recuperação e tratamento de áreas contaminadas; pagamentos de multas por infrações ambientais; gastos para compensar danos irreversíveis, inclusive os relacionados à tentativa de melhorar a imagem da empresa perante a opinião pública.

No que se refere aos custos e gastos ambientais, entende-se por custos ambientais os gastos ocorridos após a tomada de decisões necessárias ou exigidas para gerenciar os impactos ambientais resultantes das atividades realizadas pela empresa (NOSSA, 2002). Ribeiro (2005) afirma que os custos ambientais compreendem todos aqueles que se relacionam direta ou indiretamente com a proteção do meio ambiente como todas as formas de amortização (depreciação exaustão) dos valores relativos aos ativos de natureza ambientais pertencentes à empresa; aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes; tratamento de resíduos dos produtos; recuperação ou restauração de áreas contaminadas; mão de obra utilizada nas atividades de prevenção ou de recuperação do meio ambiente.

2.3 Contabilidade Ambiental e *Disclosure*

As modificações geradas no ambiente empresarial em virtude das exigências ambientais trouxeram um novo paradigma para a gestão de empresas. Foi a partir destas transformações que se observou uma maior busca pelo *disclosure*, boas práticas de governança corporativa e comportamento ético por parte das empresas principalmente no que se refere às informações de caráter ambiental. No conjunto das informações evidenciadas pelas empresas estão as compulsórias, exigidas por lei e regulamentos e as voluntárias, baseadas em diretrizes e recomendações. (ROVER; BORBA; MURCIA, 2009).

Disclosure deriva da palavra disclose, e é o ato de divulgar, evidenciar, expor, tornar público. E em se tratando de corporações, o *disclosure* pode ser caracterizado como a divulgação de informações sobre a empresa. Para a contabilidade, representa a última fase do ciclo contábil, caracterizado pelos processos de reconhecimento e mensuração dos eventos econômicos (IUDICIBUS, 2000). O termo *disclosure* está associado à evidenciação, divulgação de uma maneira transparente das informações, tornando assim as empresas de certa forma mais confiáveis e responsáveis perante aquilo que propõem em suas atividades.

Especificamente na área ambiental, as empresas preocupam-se com os passivos e custos ambientais, com as oportunidades que podem surgir por meio da criação de alternativas para melhorar produtos e processos ou desenvolvendo novos produtos e serviços ambientalmente corretos, a crescente necessidade de atender normas governamentais e internacionais, e clientes cada vez mais exigentes. Assim, a contabilidade aponta-se novamente como uma grande ferramenta para a análise de possibilidades e auxílio na tomada de decisões. (ROSA; LUNKES, 2007)

De forma geral as empresas não tem a obrigação legal de divulgar as informações de natureza ambiental em seus relatórios anuais. Porém existem focos de divulgação voluntária desse tipo de informação. Levando em consideração os riscos e benefícios ambientais relacionados a cada atividade econômica, sua localização, a avaliação do seu patrimônio conscientizará os usuários das informações contábeis sobre a conduta administrativa e operacional da organização, sendo assim a sociedade estará informada, e a empresa demonstrando seu desempenho para poder garantir as futuras gerações boas condições ambientais juntamente com o seu desenvolvimento econômico. (RIBEIRO, 2005)

Os principais usuários das informações contábeis, também conhecidos como *stakeholders*, têm no *disclosure* a principal fonte para obterem dados sobre as organizações. São eles os responsáveis pelo tipo de gestão adotado por cada empresa, pois cada stakeholder tem seu interesse específico o que faz com que as empresas tomem atitudes para deixá-los de certa maneira mais satisfeitos.

Para Nossa (2002), os principais *stakeholders* e seus interesses são:

a) Comunidade Local: podem ter interesse nos aspectos relacionados à saúde e também sobre substâncias que estão sendo produzidas ou emitidas e nos riscos que podem estar correndo.

b) Clientes: o principal interesse dos clientes é que suas necessidades sejam atendidas perante as informações ambientais tem interesse principalmente na política de aquisição dos produtos, processos, serviços e também na gestão.

c) Empregados: os empregados visam ter consciência da situação de trabalho em que se encontram saber das condições de risco em que possam vir a ser expostos e de ter informações de como evitar possíveis incidentes que possam vir a ocorrer.

d) Instituições financeiras e investidores: estes estão interessados principalmente nas estratégias e desempenhos das organizações na relação das informações ambientais com as financeiras e na qualidade da gestão ambiental.

e) Outros tipos de grupos sociais como consumidores e ONGS: esses grupos na sua grande maioria tem um apelo mais midiático sobre as causas ambientais buscam ser ouvidos de qualquer forma. Das empresas normalmente procuram informações sobre políticas e desempenhos ambientais e resolução dos problemas existentes. É importante, sobretudo, ressaltar que a correta comunicação com estes usuários das informações pode trazer muitos benefícios principalmente para a imagem da empresa, podendo gerar novas parcerias, investidores e clientes.

No Brasil, o número de empresas que divulgam suas ações ambientais nos relatórios financeiros é bem reduzido, sendo a maior evidência no balanço social, relatório da administração, relatórios ambientais e em *home pages* das empresas. A evidenciação de informações ambientais pode favorecer o desempenho financeiro das empresas, pois sua escassez pode evidenciar a falta de equilíbrio de informações e limitar o acesso ao mercado acionário. (FERNANDES, 2012)

Ainda assim, a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T15 estabelece os dados que devem ser evidenciados para interar a entidade com o meio ambiente, sendo eles os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; investimentos e gastos com outros projetos ambientais; quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; passivos e contingências ambientais.

3. METODOLOGIA

No que se refere à construção deste trabalho, o presente estudo se classifica como de natureza aplicada, visto que busca produzir conhecimento visando aplicar os resultados obtidos. (BARROS; LEHFELD, 2000). Caracteriza-se como exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. (GIL, 2010). De acordo com o preconizado por Vergara (1997) classifica-se como pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental.

Consiste também em um estudo de casos múltiplos onde envolve circunstâncias

específicas em que se analisa um ou mais casos. Permitindo o esclarecimento de um fenômeno que pode vir a desencadear-se logo em seguida ou no futuro. Trás a possibilidade de conhecer profundamente a realidade em jogo, com todas as suas possíveis circunstâncias, limites e projeções. (THUMS, 2003).

A proposta desta pesquisa foi identificar de que forma as empresas Rasip Agropastoril S.A. e Renar Maçãs S.A. evidenciam e publicam suas informações relativas à Gestão Ambiental. Assim, utilizou-se a análise de conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade, Balanço Social e Notas Explicativas publicadas nos sítios das referidas empresas.

3.1 Estudo de Caso

Descrição das empresas.

a) Empresa 1 – Rasip Agro Pastoril

A empresa atua no segmento do agronegócio destacando-se na produção de frutas e também de laticínios. Localiza-se na cidade de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul. Na fruticultura tem como atividade principal o cultivo de maçã, sendo uma das principais produtoras das variedades Gala e Fuji. Os dados da empresa Rasip foram coletados por meio do sítio da empresa e de suas demonstrações financeiras do período de 2012 divulgadas no site da BM&FBOVESPA.

b) Empresa 2 – Renar Maçãs S.A

A empresa atua no setor de Agricultura, por meio da produção, comercialização e exportação de maçã. Localiza-se na cidade de Fraiburgo, no Estado de Santa Catarina. Tem como missão prover alimentos através de ações sustentáveis e de pioneirismo, com compromissos de qualidade, construindo uma companhia de valor. A análise da empresa Renar foi feita por meio de seu sítio e de suas demonstrações financeiras do período de 2012 divulgadas no site da BM&FBOVESPA.

4. Categorias utilizadas na análise do *disclosure*

A proposta desta pesquisa foi identificar de que forma as empresas Rasip Agropastoril S.A. e Renar Maçãs S.A. evidenciam e publicam suas informações relativas à Gestão Ambiental. Assim, utilizou-se a análise documental dos Relatórios de Sustentabilidade, Balanço Social e Notas Explicativas publicadas nos sítios das referidas empresas.

4.1 Políticas Ambientais

As políticas ambientais referem-se ao que as empresas propõem nos seus métodos de trabalho no que se referem à prevenção, manutenção ou reparação ao meio ambiente.

Tabela 1 – Políticas ambientais

POLITICAS AMBIENTAIS		
INFORMAÇÕES	RASIP	RENAR
Declaração da Política e Intenções formais	4	2
Metas e Objetivos Ambientais	3	0
TOTAL	7	2

As políticas ambientais evidenciadas nas empresas, na sua maioria traziam planejamentos para anos subsequentes e falavam no aprimoramento das questões ambientais.

4.2 Auditoria Ambiental

Estas informações irão se referir aos dados ambientais que forem apresentados nos

pareceres dos auditores.

Tabela 2 – Auditoria ambiental

AUDITORIA AMBIENTAL		
INFORMAÇÕES	RASIP	RENAR
Revisão Ambiental	0	0
Escopo da Auditoria	0	0
Parecer dos Auditores Independentes	0	0
TOTAL	0	0

Ao observar os pareceres de auditoria das empresas não foi encontrado nenhum parecer específico sobre Auditoria Ambiental. Os pareceres emitidos referem-se tão somente às Demonstrações Específicas das empresas analisadas.

4.3 Sistemas de Gerenciamento Ambiental

Essa categoria analisa como as empresas divulgam certificados referentes aos sistemas de gestão utilizados.

Tabela 3 - Sistemas de gerenciamento ambiental

SISTEMAS DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL		
INFORMAÇÕES	RASIP	RENAR
Certificados ambientais apresentados	4	3
TOTAL	4	3

Os Certificados Apresentados pela empresa Rasip foram:

- EUREPGAP- Programa de Garantia de Boas Práticas na Agricultura para Comunidade Européia – Certificação N°. CERT -00002-88958;
- BRC – Programa inglês que certifica todos os processos de armazenamento, classificação e embalagem do produto – Certificação N°GB06/70381;
- HACCP – Análise de Período e Pontos Críticos de Controle que garantem a segurança alimentar do produto e todos os processos – Certificação N° 07/1488;
- NBR ISO 9001; 2000 DNV.

Já a empresa Renar apresentou os seguintes Certificados:

- GLOBALGAP – Fruit and Vegetables (GAP - Good Agricultural Practice),
- BRC Global Standard - Food (British Retail Consortium) e
- HACCP (Hazard Analysis Critical Control Points).

Porém, as certificações apresentadas pela Rasip e Renar estão ligadas às práticas agrícolas exigidas e não com o Sistema de gestão ambiental.

4.4 Impactos Ambientais

São as informações sobre as atividades que possam vir a causar algum impacto ou dano a natureza.

Tabela4 - Impactos ambientais

IMPACTOS AMBIENTAIS		
INFORMAÇÕES	RASIP	RENAR
Desperdício	0	0
Resíduos	4	0
Embalagens	1	0
Poluição do Ar	1	0
Reciclagem	1	0
Conservação de recursos naturais	1	1

TOTAL	8	1
--------------	----------	----------

Referente a essas informações os relatórios das empresas de agricultura são bem escassos de informações, inclusive sem a inclusão da aplicabilidade das medidas tomadas e a melhoria de resultados com as atitudes tomadas.

4.5 Energia

São os dados referentes à utilização e geração de energia pela empresa.

Tabela 5 - Geração de energias pelas empresas.

ENERGIA		
INFORMAÇÕES	RASIP	RENAR
Uso eficiente no processo industrial	1	0
Uso de resíduos materiais para a produção de energia	0	0
Esforço para a redução do consumo de energia	1	0
TOTAL	2	0

4.6 Água

Informações referentes ao uso e consumo correto.

Tabela 6 - Uso e consumo de água pelas empresas

ÁGUA		
INFORMAÇÕES	RASIP	RENAR
Proteção à qualidade	1	0
Uso eficiente e reutilização	2	0
Efluentes Líquidos	0	0
TOTAL	3	0

4.7 Matéria Prima

Essas informações são relativas ao correto uso da matéria prima.

Tabela 7 - Uso da matéria prima pelas empresas

MATÉRIA PRIMA		
INFORMAÇÕES	RASIP	RENAR
Fornecedores sustentáveis ambientalmente	1	0
Uso eficiente de matéria prima	0	0
TOTAL	1	0

4.8 Informações Financeiras Ambientais

São as informações referentes aos gastos da empresa com passivos e despesas ambientais apresentadas de em valores monetários nos relatórios.

Tabela 8 - informações financeiras ambientais

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS AMBIENTAIS		
INFORMAÇÕES	RASIP	RENAR
Despesas e investimentos ambientais operacionais	1	0
Despesas ambientais extraordinárias	0	0
Passivos Ambientais	0	0
Políticas Contábeis de itens ambientais	0	0
Contingências e comprometimentos ambientais	0	0
Seguro ambiental	0	0
TOTAL	1	0

4.9 Outras Informações Ambientais

São incorporadas a essa sentença as informações que não puderam ser encaixadas nos itens anteriores.

Tabela 9 - Outras informações ambientais

OUTRAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS		
INFORMAÇÕES	RASIP	RENAR
Educação ambiental	1	0
Incentivo e apoio às pesquisas ambientais	0	0
Aplicação em fundos Ambientais	0	0
Parceria com grupos ambientais	0	0
Comitês Ambientais	3	0
TOTAL	4	0

Pode-se ainda para analisar a qualidade da informação evidenciadas em relação a sua natureza e aos possíveis efeitos que a declaração pode incorrer, estas podem ser divididas nos seguintes tipos:

- Informação Boa: declarações que reflitam crédito para a companhia;
- Informação Ruim: declarações que reflitam descrédito para a companhia;
- Informação Neutra: declarações cujo crédito/descrédito para a companhia não é obvio.

Tabela 10 - Número total de sentenças

Número total de sentenças apresentadas em cada categoria		
Categorias	RASIP	RENAR
Políticas Ambientais	7	2
Auditoria Ambiental	0	0
Sistema de Gerenciamento Ambiental	4	3
Impactos Ambientais	8	1
Energia	2	0
Água	3	0
Matéria Prima	1	0
Informações Financeiras Ambientais	1	0
Outras Informações Ambientais	4	0
Total Geral	30	6

RASIP TOTAL: A empresa apresentou 30 frases no seu relatório de 223 páginas total. Dessas sentenças 3 foram apresentadas em seu sítio .As informações encontradas foram classificadas como “Informações Boas”.

RENAR TOTAL: A empresa apresentou 6 frases que estavam divulgadas no seu sítio. Das informações 3 podem ser incluídas na categoria como BOAS, e 3 como NEUTRAS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as demonstrações financeiras e específicas das empresas Rasip Agropastoril S.A. e Renar Maçãs S.A., a fim de reconhecer o nível de disclosure ambiental nelas aplicado e relacionar possíveis benefícios obtidos a partir desse processo.

Analisando os dados, constatou-se que a maioria das informações foi do tipo declarativa, ou seja, as informações foram apresentadas de forma qualitativa e expressas em

termos puramente descritivos. Além disso, pode-se observar pouca aplicação do *disclosure* de suas informações ambientais, visto que as duas priorizam em seus relatórios, os resultados financeiros bem como nas suas Demonstrações Financeiras, entretanto, não houve nenhum vestígio de informações de ativos ou passivos ambientais.

Verificou-se também que nenhuma das empresas estudadas evidenciou em suas Demonstrações Financeiras informações de cunho ambiental, divulgando apenas os resultados financeiros dos períodos em questão.

Desse modo, pode-se concluir com este estudo que a contabilidade ambiental, bem como o *Disclosure* ainda são pouco explorados por essas empresas, apesar do assunto sustentabilidade estar em alta no momento. A maior preocupação das organizações continua sendo evidenciar os lucros obtidos no período. Nesse sentido, visando uma maior preocupação com o meio ambiente, sugere-se que as empresas analisem as questões voltadas para a responsabilidade ambiental, investindo na evidenciação ambiental, visto que tal ação poderá servir como meio para auxiliar na avaliação, controle e preservação do ambiente, assim como, permite que se apresentem aos interessados as informações de cunho ambiental relacionadas à organização.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, P. R. P.; BRAZ, E. M. Q.; SANTOS, C. L.. *Contabilidade Ambiental*. Revista Ceciliana. Jun v. 3, n.1, p. 13-16, 2010.
- BERTHELOT, S.; CORMIER, D.; MAGNAN, M. Environmental disclosure research: review and synthesis. *Journal of Accounting Literature*. Gainesville, v.22, n.1, p.1-44, 2003.
- BEUREN, et al. Adequação da Evidenciação Social das Empresas de Capital Aberto no Relatório da Administração e Notas Explicativas às Recomendações da NBCT15 RCO. *Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP*, v. 4, n. 8, p. 47-68, jan-abr 2010.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de Metodologia: um Guia para a Iniciação Científica*. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- FERNANDES, S. M. A Influência do Disclosure Ambiental na Estrutura de Capital das Empresas Brasileiras listadas na BM&Fbovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul/dez 2012.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. *Teoria da Contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARTINEZ ALIER, Joan. A confluência no ecossocialismo. In: *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: FURB, 1998, p. 359-384.
- NOSSA, V. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.175 p.
- PAIVA. P. R. *Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção*. 1ª Edição. São Paulo Editora Atlas 2003
- PIRES, C.B.; SILVEIRA, F.C.S. A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. *ConTexto*. Porto Alegre, v. 8, n. 13, 1º semestre, 2008.
- RIBEIRO, M. S. *Contabilidade Ambiental – Editora Saraiva - 2005*
- ROSA, F. S.; LUNKES, R. J. Transparência contábil ambiental: uma contribuição ao estudo sobre a evidenciação da gestão ambiental nas demonstrações contábeis. *III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. 2007.
- ROVER, S. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*. São Paulo, v. 47, n. 2, jun. 2012.

ROVER, S. BORBA, J. A.; MURCIA, F. D.R. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão – Contextus*, v. 7, n. 1. 2009.

TINOCO, J. E. P. KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade e Gestão Ambiental* – Editora Atlas. 2004

THUMS, J. *Acesso à Realidade: Técnicas de Pesquisa e Construção do Conhecimento*. Canoas. Editora Ulbra, 2003

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.